ENTREVISTA: ELISA TOMOE MORIYA SCHLÜNZEN

É preciso assegurar o direito de crianças e jovens com deficiência

O direito à educação, previsto em Constituição, mas nem sempre assegurado às crianças e jovens com deficiência, passa por um período de transformação. Para Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, professora da **Unesp** e coordenadora do Centro de Promoção para a Inclusão Digital, Educacional e Social (CPIDES), a escola regular hoje busca reconhecer e valorizar as diferenças. Elisa relata os avanços da inclusão, a conscientização das escolas para receber e aceitar as diferenças, e os desafios na preparação dos professores e pais. A professora foi coordenadora geral pedagógica de Políticas em Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) e atualmente é coordenadora pedagógica dos cursos de especialização do Projeto Unesp/Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), que iniciará a primeira turma da Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em janeiro, com 1.600 alunos. **(Entrevista a Pamela Gouveia)**

Pamela Gouveia

O primeiro passo é rever a formação inicial e continuada dos nossos educadores, para que eles possam enxergar outras maneiras de trabalhar com os seus alunos

Jornal Unesp: *Vivemos hoje uma "revolução" no sistema educacional quando falamos da inclusão na escola regular?*

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen: A sociedade brasileira do final do século XX e início do século XXI passou a considerar as diferenças de direitos e deveres dos cidadãos. A perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência na escola regular está vinculada a uma política de educação básica para todos. Houve um aumento considerável das pessoas com deficiência (física, visual, auditiva e intelectual), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, consideradas público alvo da Educação Especial. No entanto, muitas escolas ainda têm resistido às mudanças.

JU: *A Política Nacional de Educação Especial contribuiu para o aumento de estudantes com deficiência nas escolas comuns?*

Elisa: Sem dúvida. O acesso à educação regular por parte dos alunos com deficiência cresceu muito. Porém, precisamos pensar em todas as perspectivas pedagógicas, práticas e sociais que a escola inclusiva nos traz, visando a uma escola de qualidade para todos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva legitima o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares. A Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, nos casos de transtornos funcionais específicos, atua de forma articulada com o ensino comum.

JU: *Como as escolas e os professores podem se preparar?*

Elisa: Por meio de uma transformação radical da cultura pedagógica. O primeiro passo é rever a formação inicial e continuada dos nossos educadores, para que eles possam enxergar outras maneiras de trabalhar com os seus alunos. Uma outra atitude que poderia trazer maior tranquilidade para o professor é a parceria, propiciando um trabalho conjunto dos serviços de apoio pedagógico especializado da Educação Especial, com instituições especializadas na habilitação e reabilitação de crianças com deficiências.

JU: *A educação inclusiva é tema de estudo no curso de Pedagogia? Como é possível melhorar o processo de formação dos futuros professores?*

Elisa: Sim! Um exemplo é a matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia, oferecido pela **Unesp** no convênio Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), em que consta a disciplina eixo articulador "Inclusão e Educação Especial". Essa dinâmica tem propiciado aos futuros professores olhar as pessoas com deficiência, analisar leis e decretos que configurem as abordagens de ensino e identificar as práticas e recursos que podem ser utilizados na perspectiva inclusiva, considerando as possibilidades de atuação profissional.

Compromisso co públicas para edu

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

A educação inclusiva diz respeito a um conceito amplo que compreende o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Esta perspectiva rompe com o modelo homogêneo de organização do ambiente escolar, implicando mudança das práticas pedagógicas e de gestão para promover respostas às necessidades específicas dos estudantes.

O direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis é assegurado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que estabelece o compromisso dos Estados Partes com a adoção de medidas de apoio necessárias no âmbito da educação regular. Assim, a inclusão escolar deixa de ser uma possibilidade para tornar-se um direito dos estudantes com deficiência, garantindo o acesso aos recursos e serviços específicos em ambientes que maximizem seu potencial acadêmico e social.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a educação especial como modalidade transversal aos níveis de ensino, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O Decreto n.° 6.571/2008 estabelece, no âmbito do Fundeb, o financiamento à dupla matrícula desses estudantes, na educação regular e no AEE.

A política de acessibilidade se expande no país com: a implantação de mais de 24 mil salas de recursos multifuncionais para o AEE, em 83% dos municípios; o apoio à acessibilidade arquitetônica; a formação continuada de professores; a disponibilização de livros em formatos acessíveis e laptops aos estudantes cegos; a criação do curso de Pedagogia Bilíngue – Libras/Língua Portuguesa no Instituto Nacional de Surdos e a Graduação em Letras/Libras; a modernização do parque gráfico do Instituto Benjamin Constant; o apoio aos núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior e a realização do Exame Nacional de Certificação para o Ensino e a Tradução/Interpretação de Libras. Destaca-se, ainda, o acompanhamento do acesso e permanência na escola dos estudantes com deficiência, beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, por meio de ações intersetoriais de identificação e eliminação de barreiras, ampliando o acesso à escola de 21% (2007) para 53% (2010).

A educação especial passa a integrar o projeto político-pedagógico das escolas regulares, disponibilizando apoio específico aos estudantes e orientação às estratégias pedagógicas e de acessibilidades em sala de aula.

A realidade educacional se altera com avanços em todas as etapas e modalidades da educação básica e superior. De 2002 a 2010, a inclusão escolar passa de 110.704 (25%) matrículas para 484.332 (69%) e o número de escolas inclusivas cresce de 17.164 (8%) para 85.090 (44%), nesse período.

m políticas ucação de todos

Assim, o Brasil não ignora o direito que as pessoas com deficiência alcançaram com a aprovação da Convenção (ONU/2006) e a conquista desta geração, que define a deficiência como parte da diversidade humana e não mais aceita a segregação. O eixo estruturante da inclusão constrói valores humanos que não reforçam fronteiras entre "iguais" e "diferentes" e traduzem a concepção emancipatória da valorização das diferenças. Nosso compromisso como gestores e educadores é construir políticas públicas que representem a caminhada da educação inclusiva, superando os atos de benevolência e investindo na qualificação da escola pública.

Devemos construir valores humanos que não reforcem fronteiras entre "iguais" e "diferentes"

Claudia Pereira Dutra é secretária da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação. Foi secretária de Educação Especial do MEC, de 2003 a fevereiro de 2011. Graduou-se em História pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM – RS, e fez mestrado em História das Sociedades Ibero-Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

Dificuldades e desafios para a inclusão escolar

Elisandra André Maranhe

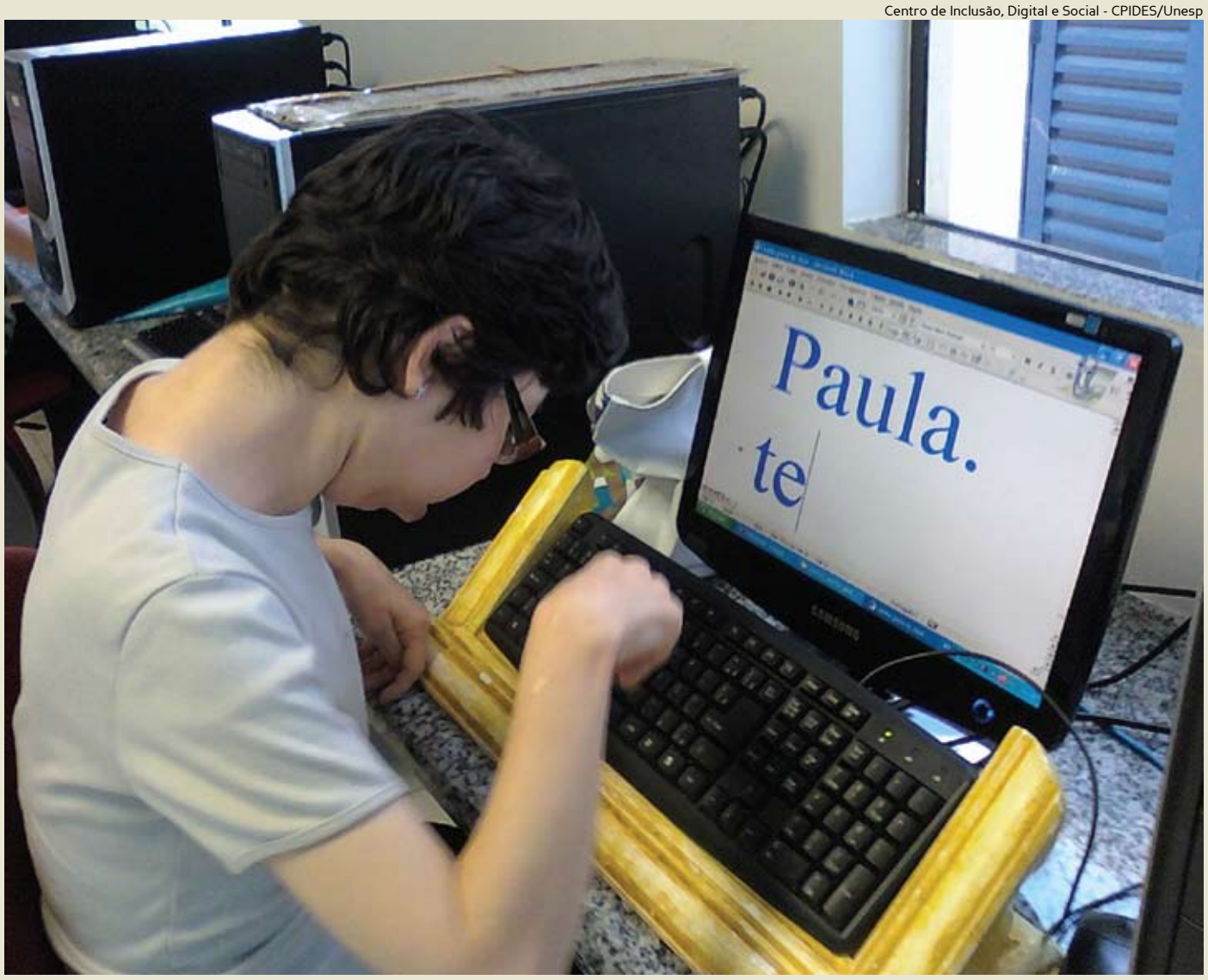
Mesmo depois de algum tempo falando de inclusão escolar, ainda encontramos dificuldades em sua articulação, seja no âmbito educacional ou no contexto social. As dificuldades podem ser absorvidas de duas formas: reconhecidas como barreiras intransponíveis ou como desafios a serem buscados. [...]

Inclusão pressupõe uma ação coletiva. [...] Posto isto, é um grande equívoco achar que incluir é tarefa apenas do professor que se encontra diante das diversidades dentro de sala de aula e que seu espaço se restringe a somente quatro paredes dentro de uma escola.

A proposta pedagógica da educação inclusiva traz implícita a oportunidade de aprendizagens diversificadas para todos os alunos, o que nos condiciona a entender que nossos alunos apresentam perfis de aprendizagem diferentes, levando-nos a classes heterogêneas. Por conseguinte, é fundamental pensarmos em currículo e metodologias diferenciadas. Entretanto, é relevante considerar essas diferenças como oportunidades de aprendizagem e não segregação/exclusão.

[...] É indubitável que incluir, por exemplo, uma criança com deficiência, carrega a iniciativa, os valores e as práticas de inovação do professor; mas não me parece correto afirmar que é somente por sua vontade que as mudanças curriculares poderão acontecer. A inclusão implica a proposta de um novo modelo de escola e esta não se faz com um único professor.

Centro de Inclusão, Digital e Social - CPIDES/Unesp



Outra questão importante é a gestão de sala de aula, quando se levanta como uma dificuldade a inclusão acontecer em salas numerosas. A princípio, a dúvida que surge é como viabilizar o processo de aprendizagem de crianças incluídas levando-se em consideração que todas são "diferentes" e, por isso, a necessidade de se buscar novas metodologias de ensino que contemplem as especificidades de aprendizagem de cada uma delas.

Aprendizagem envolve aspecto cognitivo e habilidades como comunicação e linguagem

Nesse sentido, o trabalho individualizado pode ser confundido com a ideia de que os alunos incluídos não conseguem acompanhar uma sala de aula. Entretanto, um bom planejamento pode garantir que o aluno construa seus conhecimentos a partir de suas habilidades mesmo acompanhando o trabalho do grupo, o que não necessariamente quer dizer que aprenderá da mesma forma e ao mesmo tempo que todos. Isso se aplica a todos os alunos.

E falando em gestão de sala de aula e inclusão, se voltarmos nossos olhares para as crianças com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, observaremos que ainda se perpetua a ideia de condicionar a avaliação, o planejamento e consequente aprendizagem desses alunos a aspectos cognitivos unicamente.

O processo de aprendizagem não se restringe a capacidades cognitivas, mas sim a uma complexa rede de habilidades que vai além do cognitivo, como, por exemplo, a comunicação e a linguagem.

Com isto, é preciso entender a avaliação não somente como um instrumento para se medir o resultado da aprendizagem ao final de um período longo de trabalho, mas também como parte de um processo de análise que poderá acontecer em curtos espaços de tempo em busca de um melhor planejamento da prática docente. Uma visão minimalista de avaliação e planejamento pode induzir a uma supervalorização das dificuldades, sobretudo, das crianças com deficiências, deixando suas habilidades de lado, enquanto estas últimas, se bem trabalhadas e valorizadas, podem ajudar na diminuição das dificuldades.

Para isto, devemos ter professores dispostos a aceitar novos desafios, capazes de identificar suas falhas, ressignificando-as a partir de novos contextos, novos planejamentos e novas atividades.

Chego ao final deste texto instigando, a partir dos pontos levantados, a reflexão do que é dificuldade e do que é desafio. Cabe a cada um esta análise e se aventurar ou não nas ações inclusivas.

Elisandra André Maranhe é professora do curso semipresencial de Pedagogia, oferecido pela **Unesp** no Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). É coordenadora da equipe de design instrucional do programa Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), oferecido pela **Unesp**, e coordenadora de tutoria em projetos do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).